

3ºRTD-RJ-Reg. nº 1011148

Emolumentos	R\$	315,44
Distribuidor	R\$	14,55
Mutua/Acciden	R\$	9,83
Fat/Fundper/Funpar	R\$	97,27
Total	R\$	436,99



**CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO
Nº 11.2.0269.1, QUE ENTRE SI FAZEM
O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - BNDES E A ARENA
PERNAMBUCO NEGÓCIOS E
INVESTIMENTOS S.A., NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, neste ato denominado simplesmente **BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

a **ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.**, doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ sob o nº 12.077.949/0001-79, com sede na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128, sala 1206, Edifício Empresarial Center III, Recife – PE, por seus representantes abaixo assinados;

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, um crédito no valor global de até R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de Reais), limitado a 75% (setenta e cinco por cento) do custo total do projeto abaixo mencionado, à conta de seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda, destinado à construção da Arena Multiuso no Estado de Pernambuco para utilização na Copa do Mundo de 2014, no âmbito do Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 – BNDES ProCopa Arenas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso, por qualquer motivo, o valor do crédito liberado à BENEFICIÁRIA seja superior a 75% (setenta e cinco por cento) do custo total do projeto mencionado no

"caput", o valor liberado a maior deverá ser devolvido pela BENEFICIÁRIA imediatamente após notificação expedida pelo BNDES neste sentido, devidamente atualizado nos termos do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda.

SEGUNDA
DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

O crédito será posto à disposição da BENEFICIÁRIA, parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Décima Terceira, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos da presente operação serão postos à disposição da BENEFICIÁRIA, mediante crédito em conta corrente aberta em seu nome no BNDES, não movimentável, na qual serão efetuados, ainda, no momento da liberação, os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA, cujo saldo total remanescente dos recursos será imediatamente transferido para a conta corrente nº 27.737-6, que a BENEFICIÁRIA possui no Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") (nº 004), Agência nº 044.

PARÁGRAFO SEGUNDO

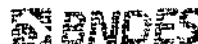
O valor de cada parcela do crédito a ser colocada à disposição da BENEFICIÁRIA será calculado de acordo com o critério estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

TERCEIRA
JUROS

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 2,71% (dois inteiros e setenta e um centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Décima Nona, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:



Sabrina de O. Bicalho
Advogada

TC = $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$ (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - Termo de Capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - Número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 2,71% (dois inteiros e setenta e um centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 2,71% (dois inteiros e setenta e um centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos da Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II será capitalizado durante o prazo de carência mencionado no Parágrafo Terceiro, e será exigível mensalmente, a partir do dia 15 de abril de 2014, inclusive, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Décima Nona.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O prazo de carência a que se refere o Parágrafo Segundo desta Cláusula terá seu termo inicial no dia 15 (quinze) de setembro de 2011 e seu termo final no dia 15 (quinze) de março de 2014.

QUARTA**ENCARGO POR RESERVA DE CRÉDITO**

A BENEFICIÁRIA pagará ao BNDES o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1% (um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias, ou fração, e incidente sobre:

- I - o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e
- II - o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da BENEFICIÁRIA, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A incidência do encargo a que se referem os incisos I e II, retromencionados, ocorrerá no caso de fixação de esquema de disponibilidade de recursos.

QUINTA**PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA**

A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para a BENEFICIÁRIA liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA da obrigação de pagar as prestações de principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As obrigações financeiras assumidas neste Contrato não se subordinam, sob qualquer hipótese: (i) ao recebimento, pela BENEFICIÁRIA, do ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, prevista no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o

Estado de Pernambuco e a BENEFCIÁRIA e posterior(es) aditivo(s); (ii) à aprovação do projeto a que se refere a Cláusula Primeira pela FIFA; ou (iii) à realização das obras concernentes ao Acesso Viário do Ramal da Cidade da Copa, conforme previsto na Matriz de Responsabilidades celebrada entre a União Federal e o Estado de Pernambuco com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, não podendo tais fatos ser invocados em face do BNDES.

SEXTA
AMORTIZAÇÃO

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 144 (cento e quarenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de abril de 2014, observado o disposto na Cláusula Décima Nona, comprometendo-se a BENEFCIÁRIA a liquidar com a última prestação, em 15 (quinze) de março de 2026, todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

SÉTIMA
PENHOR DE AÇÕES

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, será empenhada, em caráter irrevogável e irretratável, em favor do BNDES, a integralidade das ações de emissão da BENEFCIÁRIA, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", referidas na Cláusula Décima Primeira, inciso I, e na Cláusula 17.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO, tudo de acordo com os termos e condições estabelecidas no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, abaixo definido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O penhor a que se refere o "caput" será formalizado e disciplinado pelo Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças n.º 11.2.0269.2 ("CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES"), a ser firmado entre o BNDES, a Odebrecht Participações e Investimentos S/A ("OPI") e a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S/A ("CNO BRASIL"), na condição de únicas acionistas da BENEFCIÁRIA, com a interveniência da BENEFCIÁRIA, contrato este que passará a ser parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES referido no Parágrafo Primeiro acima poderá estabelecer o compartilhamento da garantia prevista no "caput" desta Cláusula

com outros credores da BENEFICIÁRIA, e/ou prever a sua possibilidade, na proporção do crédito contratado por esta junto aos mesmos para fins exclusivos de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira, sendo permitido a esses credores o ingresso como parte no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES referido.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ocorrendo o disposto no Parágrafo Segundo acima, o CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES referido no Parágrafo Primeiro deverá consignar a obrigatoriedade de elaboração de instrumento jurídico hábil a regulamentar a forma como o compartilhamento se efetivará, a ser firmado entre os credores BENEFICIÁRIA

PARÁGRAFO QUARTO

Ocorrendo o compartilhamento disposto no Parágrafo Segundo acima, o instrumento jurídico referido no Parágrafo Terceiro deverá consignar que a execução do penhor pelos demais credores da BENEFICIÁRIA ficará condicionada à prévia e expressa autorização do BNDES.

OITAVA

CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS

Em garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes deste Contrato e seus eventuais aditivos ou prorrogações, incluindo o pagamento integral e pontual do valor do principal da dívida, juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, e honorários advocatícios, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer encargos e outros acréscimos devidos ao BNDES por força deste Contrato, a BENEFICIÁRIA, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e até a liquidação final de todas as obrigações garantidas, se obriga a ceder fiduciariamente, em favor do BNDES, nos termos do art. 28-A, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, introduzido pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Contrato de Concessão Administrativa para Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s), especialmente das cláusulas 17.2 e seguintes, os seguintes direitos (coletivamente designados "DIREITOS CEDIDOS"):

- I - os direitos creditórios detidos pela BENEFICIÁRIA contra o Poder Concedente relativos ao ressarcimento dos investimentos na obra ("RIO"), proveniente do pagamento da contraprestação pecuniária devida pelo Poder Concedente à BENEFICIÁRIA pela execução das obras de construção da Arena, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para Exploração da Arena

BNDES

Assinado em 15/06/2010
15/06/2010

Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s);

- II - o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à BENEFICIÁRIA no âmbito do Contrato de Concessão Administrativa para Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s), à título de indenizações que lhe forem devidas por força da execução do projeto mencionado na Cláusula Primeira em razão de eventos previstos em lei, no Edital da Concorrência Internacional nº 001/2009 – CGPE no próprio Contrato de Concessão Administrativa;
- III - todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA emergentes do Contrato nº 001/2010 – Contrato de Engenharia, Fornecimento e Construção das Obras Civas da Arena Multiuso de Pernambuco ("CONTRATO DE EPC"), celebrado em 26 de julho de 2010 entre a BENEFICIÁRIA e a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A, na qualidade de empresa contratada para executar o CONTRATO de EPC, que tem por objeto a execução das obras de construção da Arena Multiuso de Pernambuco; e
- IV - a totalidade dos direitos creditórios decorrentes dos incisos I a III acima, presentes e futuros, detidos pela BENEFICIÁRIA contra o BANCO DEPOSITÁRIO, definido no Parágrafo Segundo desta Cláusula, relativos aos depósitos dos créditos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA realizados na CONTA VINCULADA, e eventuais aplicações financeiras destes recursos e respectivos rendimentos, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos previstos no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Além das garantias previstas nos incisos I a IV do "caput" desta Cláusula, a BENEFICIÁRIA obriga-se, em garantia do pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes deste Contrato, a constituir CONTA VINCULADA, de titularidade da BENEFICIÁRIA, aberta junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, não movimentável pela BENEFICIÁRIA, com movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO mencionado no Parágrafo Segundo abaixo, destinada a receber os créditos decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As garantias descritas nos incisos desta Cláusula, bem como a constituição da CONTA VINCULADA a que se refere o Parágrafo Primeiro, serão disciplinadas por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças n.º 11.2.0269.3 ("CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA") a ser firmado entre a BENEFICIÁRIA, o BNDES e uma instituição financeira ("BANCO DEPOSITÁRIO"), indicada pela

BENEFICIÁRIA e aprovada pelo BNDES, contrato este que passará a ser parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA referido no Parágrafo Segundo acima poderá estabelecer o compartilhamento das garantias previstas nos incisos I e IV (neste último, apenas no que concerne aos depósitos e rendimentos decorrentes da CONTA VINCULADA correlata) do "caput" desta Cláusula, e/ou prever a sua possibilidade, com outros credores da BENEFICIÁRIA, contratados para fins exclusivos de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira, sendo permitido a esses credores o ingresso como parte no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA referido. Nessa hipótese, deverá constar, obrigatoriamente, no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA referido no Parágrafo Segundo e/ou no instrumento jurídico mencionado no Parágrafo Quinto abaixo, a subordinação dos direitos dos demais credores, relativos ao recebimento do RIO, ao pagamento integral do crédito devido pelo BNDES em face da BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO QUARTO

O CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA referido no Parágrafo Segundo acima poderá estabelecer o compartilhamento das garantias previstas nos incisos II, III e IV (neste último, apenas no que concerne aos depósitos e rendimentos decorrentes das CONTAS VINCULADAS correlatas) do "caput" desta Cláusula, e/ou prever a sua possibilidade, com outros credores da BENEFICIÁRIA, na proporção do crédito contratado por esta junto aos mesmos para fins exclusivos de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira, sendo permitido a esses credores o ingresso como parte no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA referido.

PARÁGRAFO QUINTO

Ocorrendo o compartilhamento mencionado nos Parágrafos Terceiro e Quarto acima, o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA referido no Parágrafo Segundo deverá consignar a obrigatoriedade de elaboração de instrumento jurídico hábil a regulamentar a forma como o compartilhamento se efetivará, a ser firmado entre os credores da BENEFICIÁRIA.

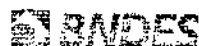
PARÁGRAFO SEXTO

Não se incluem nos direitos creditórios dados em garantia pela BENEFICIÁRIA aqueles decorrentes de empreendimentos distintos do mencionado na Cláusula Primeira.

NONA

SUPORTE DA PATROCINADORA

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e



Colégio de O. Bicalho
Advogada

despesas, a ODEBRECHT S/A ("ODEBRECHT"), na qualidade de PATROCINADORA, se obrigará, em caráter irrevogável e irretratável, a aportar recursos financeiros na BENEFICIÁRIA ("APORTES"), de modo a provê-la com recursos para:

- I - cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência de recursos financeiros que vier a ocorrer na execução do projeto da Arena ou acréscimos do seu orçamento global, de acordo com as especificações e nos prazos estabelecidos no CONTRATO DE EPC e no CONTRATO DE CONCESSÃO;
- II - cobrir de imediato e integralmente quaisquer insuficiências ou frustrações das fontes de recursos previstas para os investimentos no projeto da Arena conforme o Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES; e
- III - cobrir de imediato e integralmente qualquer insuficiência que vier a ocorrer na quitação do saldo devedor deste Contrato, vencido e não pago, incluindo principal, juros, comissões, penalidades e demais encargos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O suporte a que se refere o "caput" desta Cláusula será formalizado e disciplinado por meio do Contrato de Suporte da Patrocinadora e Outras Avenças n.º 11.2.0269.4 ("CONTRATO DE SUPORTE DA PATROCINADORA"), a ser firmado entre o BNDES e a ODEBRECHT S/A ("ODEBRECHT"), com a interveniência da BENEFICIÁRIA, contrato este que passará a ser parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os APORTES a que se referem o "caput" desta Cláusula poderão ser realizados por meio de aumento de capital social da BENEFICIÁRIA ou por intermédio de instrumento de dívida contratado, com cláusula de subordinação ao BNDES, entre a as empresas do grupo econômico da PATROCINADORA e BENEFICIÁRIA ou, ainda, por uma combinação, em qualquer proporção, de ambas as operações.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATO DE SUPORTE DA PATROCINADORA referido no Parágrafo Primeiro acima não poderá prever qualquer situação para a sua não aplicabilidade na ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a III do "caput" desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO

O CONTRATO DE SUPORTE DA PATROCINADORA referido no Parágrafo Primeiro acima deverá prever que as obrigações financeiras nele assumidas não se subordinam, sob qualquer hipótese: (i) ao recebimento, pela BENEFICIÁRIA, do ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, prevista no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s); (ii) à aprovação do projeto a que se refere a Cláusula Primeira pela FIFA; ou



BNDES

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

(iii) à realização das obras concernentes ao Acesso Viário do Ramal da Cidade da Copa, conforme previsto na Matriz de Responsabilidades celebrada entre a União Federal e o Estado de Pernambuco com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, não podendo tais fatos ser invocados em face do BNDES.

DÉCIMA

ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E DO FAT

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a remuneração prevista na Cláusula Terceira poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

DÉCIMA PRIMEIRA

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.1991, pela Resolução nº 863, de 11.3.1996, pela Resolução nº 878, de 4.9.1996, pela Resolução nº 894, de 6.3.1997, pela Resolução nº 927, de 1.4.1998, pela Resolução nº 976, de 24.9.2001, pela Resolução nº 1.571, de 4.3.2008, pela Resolução nº 1.832, de 15.9.2009 e pela Resolução nº 2.078, de 15.3.2011, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.1987, 27.12.1991, 8.4.1996, 24.9.1996, 19.3.1997, 15.4.1998, 31.10.2001, 25.3.2008, 6.11.2009 e 4.4.2011, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à BENEFICIÁRIA, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - utilizar o total do crédito no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;

 **BNDES**

Sabrina de O. Bicalho
Advogada



- III - apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto a que se refere a Cláusula Primeira, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- IV - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira;
- V - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;
- VI - observar, durante o período de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- VII - comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- VIII - exigir da Construtora Norberto Odebrecht S.A a contratação de Seguro-Garantia na modalidade de Garantia do Executante Construtor, pelo prazo de vigência do CONTRATO DE EPC, que contemple um nível mínimo de cobertura inicial de 10% (dez por cento), bem como sua(s) renovação(ões) conforme sua periodicidade;
- IX - apresentar ao BNDES, sempre que este assim o solicitar, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas ao Seguro-Garantia;
- X - fazer consignar cláusula especial em favor do BNDES, que poderá prever a possibilidade de compartilhamento com os demais credores da BENEFICIÁRIA, na(s) apólice(s) do Seguro-Garantia de Garantia do Executante Construtor, referido no inciso VIII acima, com o seguinte teor: "Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de credor, ao qual será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro.";
- XI - outorgar poderes ao BNDES, na qualidade de Seguradora-Contratante, em caráter irrevogável e irretratável, até o término da vigência do CONTRATO DE EPC, para acionar a Seguradora a fim de resguardar os direitos estabelecidos na(s) apólice(s) do Seguro-Garantia mencionado no inciso VIII acima;

**BNDES**Gabriela C. Bicalho
Advogada

- XII - não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) dado(s) em garantia ao BNDES e enumerados nas Cláusulas Sétima e Oitava, sob pena de vencimento antecipado deste Contrato, exceção feita àqueles autorizados neste Contrato;
- XIII - informar ao BNDES qualquer alteração promovida no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA, inclusive a sua extinção por qualquer motivo, no prazo de 05 (cinco) dias contado da data da ocorrência do evento;
- XIV - não promover qualquer alteração no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA, relacionada ao direito cedido no inciso I da Cláusula Oitava, sem a prévia anuência do BNDES;
- XV - manter atualizados, no Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, no endereço www.fiscalizacopa2014.gov.br, os dados e documentos de que trata o Anexo I da Instrução Normativa nº 62, de 26 de maio de 2010, do Tribunal de Contas da União;
- XVI - apresentar ao BNDES a certificação/validação do projeto elaborado para a construção da Arena Multiuso da Copa de 2014 em Pernambuco por entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, em até 15 (quinze) meses antes do término do prazo de utilização dos recursos;
- XVII - apresentar ao BNDES a certificação emitida para o empreendimento por entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, em até 12 (doze) meses após o término do prazo de utilização dos recursos;
- XVIII - encaminhar ao BNDES, trimestralmente, Relatório de Progresso Físico-Financeiro do projeto, com análise qualitativa de desvios e de aspectos relevantes e críticos em seu andamento, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- XIX - comunicar ao BNDES a habilitação e/ou co-habilitação no Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol – RECOM, da BENEFICIÁRIA e/ou de empresa por esta contratada para a execução das obras destinadas à implementação da Arena Multiuso da Copa de 2014 no Estado de Pernambuco, no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data da habilitação e/ou co-habilitação;



10/06/2011
13
10/06/2011

- XX - apresentar ao BNDES, no prazo de 3 (três) meses, contado da data da habilitação e/ou co-habilitação no RECOM, mencionada no inciso XIX acima:
- a. documento que ateste a revisão das planilhas de custos unitários das obras/serviços, conforme benefício tributário auferido, nas hipóteses aplicáveis, com as respectivas justificativas da não aplicabilidade; e
 - b. aditivo(s) ao(s) contrato(s) firmado(s) para a execução das obras/serviços objeto da presente operação, do qual conste o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) mesmo(s) em decorrência de benefício tributário ainda não considerado no contrato ou, quando este inexistir, a respectiva justificativa para sua inexistência;
- XXI - apresentar ao BNDES, na hipótese de concessão de benefícios tributários nos âmbitos estadual e/ou municipal, destinados à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol com utilização prevista nas partidas oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014, no prazo de 3 (três) meses, contado da data em que for considerada válida e eficaz citada(s) medida(s):
- a. documento que ateste a revisão das planilhas de custos unitários das obras/serviços, conforme benefício tributário auferido, nas hipóteses aplicáveis, com as respectivas justificativas da não aplicabilidade; e
 - b. aditivo(s) ao(s) contrato(s) firmado(s) para a execução das obras/serviços objeto da presente operação, do qual conste o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) mesmo(s) em decorrência de benefício tributário ainda não considerado no contrato ou, quando este inexistir, a respectiva justificativa para sua inexistência;
- XXII - encaminhar ao BNDES toda e qualquer documentação emitida pela FIFA, relacionada às obras do estádio, no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do recebimento da mesma;
- XXIII - reservar o uso da conta corrente a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda exclusivamente para o recebimento e a movimentação dos recursos do projeto mencionado na Cláusula Primeira; e
- XXIV - remeter ao BNDES trimestralmente, e/ou sempre que solicitado, o extrato da conta corrente específica mencionada no inciso XXIII acima;
- XXV - não promover, sem a prévia anuência do BNDES, qualquer alteração CONTRATO DE EPC que altere o seu objeto e/ou represente alteração total de valor superior a 15% (quinze por cento) do CONTRATO DE EPC, inclusive a sua rescisão por qualquer motivo. Nas demais hipóteses de alteração, o BNDES deverá ser comunicado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da ocorrência do evento;



- XXVI - observar, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, o limite estabelecido no art. 27 da Lei n.º 11.079/04 relativamente à alocação das fontes de recursos no projeto a que se refere a Cláusula Primeira;
- XXVII - informar ao BNDES o pagamento feito pelo Estado de Pernambuco à BENEFICIÁRIA do RIO, relativo à contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do seu recebimento; e
- XXVIII - devolver ao BNDES, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da comunicação expedida por este, os recursos objeto da glosa prevista na Cláusula Décima Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em ocorrendo o descumprimento, por parte da BENEFICIÁRIA, de obrigação não pecuniária que não possua prazo definido neste Contrato para seu cumprimento, o BNDES deverá notificar a BENEFICIÁRIA para que, no prazo estabelecido na referida notificação, sane o inadimplemento e comprove o efetivo cumprimento da obrigação inadimplida, sob pena de declaração de vencimento antecipado deste Contrato, sem prejuízo da incidência da multa por inadimplemento contratual prevista nas "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I. Quando se tratar de descumprimento de obrigação de não fazer prevista neste Contrato, a configuração do inadimplemento, bem como a aplicação das penalidades contratualmente previstas independência de qualquer notificação.

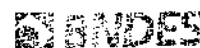
DÉCIMA SEGUNDA

RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL

Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da BENEFICIÁRIA responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se aplica o disposto no "caput" desta Cláusula se houver a prévia anuência do BNDES ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.



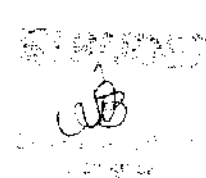
Sabrina de O. Biazão
Advogada

DÉCIMA TERCEIRA
CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

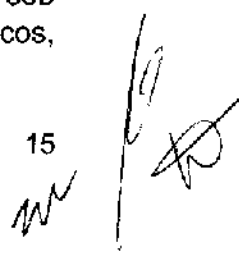
A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**" retromencionadas, e das estabelecidas nas "**NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO**", a que se refere o artigo 2º das mesmas "**DISPOSIÇÕES**", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - **Para utilização da primeira parcela do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula:**

- a) abertura, pela BENEFICIÁRIA, de conta corrente junto ao BNDES;
- b) comprovação da formalização jurídica e do cumprimento das condições de eficácia eventualmente estipuladas no CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES, bem como de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas dos domicílios das partes signatárias e da averbação do penhor no livro de Registro de Ações Nominativas da BENEFICIÁRIA;
- c) comprovação da formalização jurídica e do cumprimento das condições de eficácia eventualmente estipuladas no CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA, bem como de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas dos domicílios das partes signatárias do referido contrato;
- d) comprovação da concordância do Estado de Pernambuco acerca da cessão fiduciária ao BNDES dos direitos emergentes do Contrato de Concessão Administrativa para Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s);
- e) comprovação da formalização jurídica e do cumprimento das condições de eficácia eventualmente estipuladas no CONTRATO DE SUPORTE DA PATROCINADORA, bem como de seu registro no Cartório de Títulos e Documentos das Comarcas dos domicílios das partes signatárias do referido contrato;
- f) comprovação da contratação do Seguro-Garantia referido no inciso VIII da Cláusula Décima Primeira, mediante a apresentação da(s) respectiva(s) apólice(s) e dos comprovantes de pagamento do(s) prêmio(s), observado o disposto nos incisos IX e X da Cláusula Décima Primeira;
- g) apresentação do contrato firmado com entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, com vistas à obtenção de certificação para o projeto;
- h) declaração expressa do autor do projeto básico e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos,



15



especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;

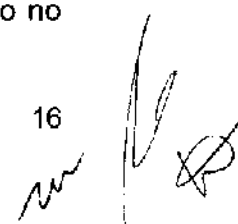
- i) apresentação do alvará de construção emitido pelo Município de São Lourenço da Mata;
- j) comprovação da aprovação prévia das demais fontes de recursos necessárias à implementação integral do projeto mencionado na Cláusula Primeira;
- k) comprovação da anuência do Estado de Pernambuco relativamente às condições estabelecidas para os CONTRATOS DE PENHOR DE AÇÕES E DE CESSÃO DE FIDUCIÁRIA, a serem firmados, entre outras partes, pelo BNDES e a BENEFICIÁRIA; e
- l) comprovação da eficácia do Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s).

II - **Para utilização de parcela superior a 20% (vinte por cento) do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula:** comprovação de que o projeto é objeto de análise por entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo INMETRO;

III - **Para utilização de parcela superior a 30% (trinta por cento) do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula:** apresentação do contrato firmado com empresa independente para auditar a execução físico-financeira dos investimentos;

IV - **para utilização de parcela superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do crédito, sem prejuízo do disposto no inciso V desta Cláusula:**

- a) apresentação do projeto executivo da Arena aprovado pela FIFA;
- b) descrição dos projetos básicos e contratação das obras de intervenção do entorno;
- c) aprovação dos projetos básico e executivo da Arena pelo Corpo de Bombeiros; e
- d) apresentação do projeto executivo da Arena Multiuso da Copa 2014 aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º, §1º da Lei n.º 8.666/1993, acompanhado da seguinte documentação:
 - i. declaração expressa do autor do projeto executivo e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos, especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no



Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;

- ii. anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos autores de todos os documentos técnicos relacionados com a obra, incluindo os projetos de engenharia e arquitetura, os orçamentos, especificações técnicas, cadernos de encargos, memoriais descritivos, conforme estabelece o artigo 1º da Lei nº 6496/1977;
- iii. declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto de Arena atende, no que couber, aos requisitos previstos na Portaria do Ministro de Estado do Esporte no. 124/2009, relativa ao Decreto no. 6.795/2009, que regulamenta o artigo 23 da Lei nº 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor); e
- iv. declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto atende as condições impostas pelas concessionárias de serviços públicos de saneamento, energia elétrica e telefonia.

V - Para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da BENEFICIÁRIA ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pela BENEFICIÁRIA, de Certidão Negativa de Débito – CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pela BENEFICIÁRIA no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo;
- c) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da BENEFICIÁRIA sobre a continuidade da validade de tal documento;
- d) apresentação, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, de listagem contendo dados que identifiquem os bens correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES, de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos deste Contrato estão credenciados pelo BNDES;
- e) comprovação do aporte de recursos da correspondente contrapartida na conta corrente a que se refere o inciso XXIII da Cláusula Décima Primeira, nos valores previstos no Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES; e
- f) cumprimento ao disposto no Processo n.º 028.115/2010-4, em trâmite perante o Tribunal de Contas da União (TCU), bem como em quaisquer

manifestações proferidas por esse Órgão que repercutam neste Contrato, quando cabível, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto na alínea "f" do inciso V desta Cláusula, o BNDES encaminhará à BENEFICIÁRIA, para ciência, os documentos recebidos do TCU que repercutam neste Contrato, devendo a BENEFICIÁRIA declarar expressamente o seu conhecimento do teor dos referidos documentos.

DÉCIMA QUARTA

SUSPENSÃO DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Poderá o BNDES:

- I - em caso de comunicação encaminhada por qualquer órgão de controle (Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria Geral da União – CGU, Ministério Público Federal – MPF, Tribunal de Contas do Estado – TCE e Ministério Público Estadual - MPE), apontando irregularidade no projeto a que se refere a Cláusula Primeira, suspender a liberação de recursos ou glosar os valores que correspondam às irregularidades, até o esclarecimento definitivo da pendência que, em se confirmando, poderá acarretar a redução do valor do financiamento, na mesma proporção; e
- II - verificada a inobservância do disposto no inciso XXVI da Cláusula Décima Primeira, glosar os valores que excedam o limite previsto no art. 27 da Lei n.º 11.079/04 para utilização de recursos financeiros advindos de operações de crédito com empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União, que, em se confirmando, poderá acarretar a redução do valor do financiamento, na mesma proporção.


PARÁGRAFO ÚNICO

Ocorrendo a hipótese prevista no inciso I do "caput" desta Cláusula, deverá ser observado, ainda, quando da revisão dos valores financiados e das correspondentes fontes, o limite previsto no art. 27 da Lei n.º 11.079/04 para utilização de recursos financeiros advindos de operações de crédito com empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União.

DÉCIMA QUINTA

INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA, será observado o disposto nos artigos 40 a 47-A das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I.

 **BNDES**

Sabrina de O. Bicastr
Advogada

DÉCIMA SEXTA
MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, BENEFICIÁRIA pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

DÉCIMA SÉTIMA
LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA

A BENEFICIÁRIA se obriga a amortizar antecipadamente a dívida decorrente deste Contrato, parcial ou integralmente, na medida do montante recebido, quando:

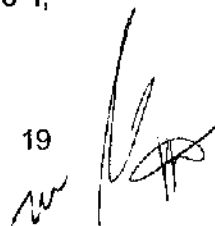
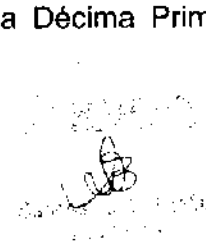
- I - do recebimento, ainda que parcial, da contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, prevista no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s); ou
- II - do recebimento de qualquer indenização que lhe for devida pelo Estado de Pernambuco, por força da execução do projeto em razão de eventos previstos em lei, no Edital da Concorrência Internacional nº 001/2009 – CGPE e no próprio Contrato de Concessão Administrativa, na hipótese de decretação da nulidade, anulação ou extinção do Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s), observado o disposto no Parágrafo Quarto da Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de liquidação antecipada da dívida, serão liberadas as garantias, aplicando-se às demais obrigações o disposto no art. 18, parágrafo segundo, das **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"** mencionadas na Cláusula Décima Primeira, inciso I.

DÉCIMA OITAVA
VENCIMENTO ANTECIPADO

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:



- a) a aplicação dos recursos concedidos à BENEFICIÁRIA, em decorrência da presente operação, em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira;
- b) a ocorrência de qualquer fato relevante que, a critério do BNDES, possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a impossibilitar a sua realização nos termos previstos no projeto aprovado pela FIFA;
- c) o descumprimento das obrigações deste Contrato, em especial das obrigações estabelecidas nos incisos XIII, XIV, XXVII e XXVIII da Cláusula Décima Primeira, observado, em qualquer caso, o disposto no Parágrafo Único da Cláusula Décima Primeira;
- d) decretação da caducidade do Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a BENEFICIÁRIA e posterior(es) aditivo(s);
- e) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela BENEFICIÁRIA, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- f) a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em:
- i) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA ou ao seu desenvolvimento tecnológico; e
 - ii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- g) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) dado(s) em garantia ao BNDES e enumerados nas Cláusulas Sétima e Oitava, exceção feita àqueles autorizados neste Contrato;
- h) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA em 12 de agosto de 2011, previamente à contratação, que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES; e
- i) a ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos contratos de financiamento e/ou das debêntures emitidas nos termos da correlata Escritura de Emissão pelos demais credores da BENEFICIÁRIA, negociados para fins exclusivos de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira, o BNDES, sem prejuízo do

disposto no "caput" desta Cláusula, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.1986.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na BENEFICIÁRIA, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento, desde que o pagamento ocorra no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A declaração de vencimento antecipado com base no estipulado na alínea "e" não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à BENEFICIÁRIA, observado o devido processo legal.

PARÁGRAFO QUARTO

O BNDES não decretará o vencimento antecipado deste Contrato na hipótese de a Arena Multiuso prevista na Cláusula Primeira, por decisão da FIFA, deixar de integrar o rol de estádio-sede da Copa Mundial de Futebol de 2014 unicamente em razão da não implementação do Acesso Viário do Ramal da Cidade da Copa.

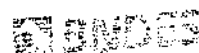
DÉCIMA NONA

VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS

Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto no "caput" desta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede da BENEFICIÁRIA, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.



Sabrina de O. Diniz
Advogada



935392

VIGÉSIMA
AUTORIZAÇÃO

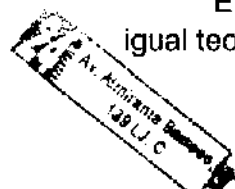
A BENEFICIÁRIA autoriza:

- I. o BNDES a descontar da primeira parcela do crédito, quando de sua utilização, o valor de R\$ 334.219,67 (trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e dezenove Reais e sessenta e sete centavos), relativo à segunda e última parcela da Comissão de Estruturação do projeto mencionado na Cláusula Primeira deste Contrato, cuja primeira parcela no valor de R\$ 225.780,33 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta Reais e trinta e três centavos) foi paga em 04 de fevereiro de 2011;
- II. o BNDES a prestar, aos Órgãos de Controle e Fiscalização Federais e Estaduais (Tribunal de Contas da União – TCU, Controladoria Geral da União – CGU, Ministério Público Federal – MPF, Tribunal de Contas do Estado – TCE e Ministério Público Estadual - MPE), dados e informações necessárias relativas a este Contrato e ao projeto mencionado na Cláusula Primeira, inclusive respeito do valor do crédito contratado e liberado; e
- III. o BNDES, por seus representantes ou prepostos, e/ou os Órgãos de Controle e Fiscalização Federais, a realizar ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos para a execução dos projetos mencionados na Cláusula Primeira, franqueando o livre acesso aos documentos relativos a esses, bem como aos locais onde estejam sendo desenvolvidas as atividades relacionadas aos empreendimentos.

A BENEFICIÁRIA apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 648832011-15001020, expedida em 26.07.2011 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com validade até 22.01.2012.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Sabrina de Oliveira Bicalho, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



Pelo BNDES:

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2011.

Elvio Lima Gaspar
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Luiziano Coutinho
Presidente



13 SET 2011 1011148

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

Continuação da Folha de Assinaturas do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0269.1, que entre si celebram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Pela **BENEFICIÁRIA**:

Viola Kury Nogueira
ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome: *Jamais Romão Nogueira*
Identidade: 28.152.244-3 / SP
CPF: 304.521.140-23

Nome: *Abel Ledesma Alonso*
Identidade: 3.600.631-5 / RJ
CPF: 385.639.831-58

Reconheço por Semelhança (a) (s) Assinatura (de)
Viola Kury Nogueira
NOVA, MARCUS
KESSA M. OLIVEIRA
de 31 AGO. 2011
da Verdade
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Selo de Autenticação e Fiscalização
Escritório dos Anjos - Esc. Autorizada
Município de Recife - PE
TSNR por Firma: R\$ 0,53
TSNR por Firma: 3,35
ABX020128

1º REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS



OFICIAL: MABEL DE HOLLANDA CALDAS

1º SUBSTITUTO: JOSÉ ALBERTO MARQUES L'AMARCA FILHO 2º SUBSTITUTO: LÚCIA LEANDRO DA SILVA
3º SUBSTITUTO: MANUELLA CALDAS DE SOBRAL
AV. DANTAS BARRETO, 160 - TERREO - RECIFE - PE - CEP 50010-360 - FONE (81) 3224.4026 / 3224.5689
E-mail: 1trdrecife@1trdrecife.com.br - Internet: www.1trdrecife.com.br
833392

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO SOB Nº
O QUE CERTIFICO E DOU FE.

RECIFE - PE

31 ago 2011

Escrevente Autorizado

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE
FISCALIZAÇÃO DE E FISCALIZAÇÃO
Ato Notarial
ou de REGISTROS: R\$ 400,38
R\$ 1575,21

TX. DE FISC.

ACG023412



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua da Quitanda, 52/3.º and. Centro - Rio de Janeiro - RJ
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
protocolo e data após os procedimentos. O QUE CERTIFICO
BOL. RAULITO ALVES DA SILVA - Oficial Titular
MIRIAM SANT'ANA CASTELPOGGI - 1.º Oficial Substituto
RICARDO V. MONZILHO ANTONES - 2.º Oficial Substituto